

INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90: SIGNIFICADO, ALCANCE E CONSEQUÊNCIAS AO DESENVOLVIMENTO

*Silvio Antonio Ferraz Cario**

*Arlete Alexandre***

*Tânia Marta Voidila****

1. Introdução

O Investimento Direto Externo (IDE) tem sido, nos tempos hodiernos, uma das principais expressões da globalização da economia cujos capitais de diferentes nacionalidades adentram diferentes espaços nacionais em busca de maior valorização produtiva. O Brasil, na década de 90, foi considerado espaço privilegiado, dentre os países em desenvolvimento, para a aplicação de IDE por parte do capital multinacional. O afluxo de capital na forma produtiva esteve amparado pela agenda de governo que considerou peça chave no processo de estabilização econômica e na reestruturação produtiva. No intuito de evidenciar os principais aspectos deste tipo de inversão externa, este *paper* está dividido em 6 seções, sendo que nesta 1ª. seção se faz a apresentação; na 2ª. seção apontam-se, de forma sucinta, elementos conceituais e analíticos sobre IDE; na 3ª. seção, evidenciam-se as características mundiais deste tipo de inversão; na 4ª. seção, analisa-se o quadro nacional de investimento direto forâneo; na 5ª. seção ressaltam-se algumas consequências desta forma de investimento na economia brasileira; e, por fim, na 6ª. seção, fazem-se as considerações finais.

* Professor dos Cursos de Graduação e Mestrado em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

** Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

*** Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

2. IDE: Definição, Características, Determinantes e Controle

O IDE ocorre sempre que residentes de um país têm acesso a bens e serviços originários de outro país, demonstrando assim parte do processo de internacionalização da produção (Gonçalves, 1998). Além do comércio internacional, que significa a ultrapassagem das fronteiras nacionais da produção e da relação contratual que se processa a partir de uma transferência de um ativo específico à propriedade que permite a internacionalização da produção, o IDE constitui outra forma de empresas estrangeiras ocuparem os espaços econômicos nacionais e internacionalizarem o processo produtivo local. Assim, a instalação de uma nova fábrica pode significar um efeito de substituição de importações deste determinado produto ou, por outro lado, este investimento pode ser complementar ao comércio internacional, principalmente o intra-industrial, com a importação de insumos, peças e componentes que serão utilizados nesta nova fábrica, bem como a exportação contribuindo, desta forma, para a geração de divisas ao país hospedeiro.

Os investimentos estrangeiros, de acordo com Mohamed (1999) apud Gonçalves (1998), classificam-se em investimento direto e de *portfólio*. Os investimentos de *portfólio* correspondem a fluxos de capital não orientados para o controle operacional da empresa receptora, e o investimento direto, segundo definição do Fundo Monetário Internacional – FMI, é um investimento que busca um interesse concreto em dada empresa cuja exploração ocorre em outro país, de origem diferente do investidor, tendo por objetivo influenciar na gestão de tal empresa, sendo necessário, para isso, possuir no mínimo 10% ou mais de ações com poder de voto ou equivalente. Considera-se, ainda, como investimento direto estrangeiro não apenas a transação inicial entre o investidor e a empresa receptora, mas também as transações subseqüentes, como os empréstimos intragrupos. O ingresso de investimento direto estrangeiro pode dar-se através de: a) entradas líquidas de capital, pela compra de participação em empresa já existente ou criação de alguma subsidiária ou filial; b) lucros não

distribuídos ou reinvestidos; e c) empréstimos líquidos, de curto prazo e adiantamentos, da matriz à filial (FMI, 1998).

Assim, uma das principais características do IDE é o controle, seja total ou parcial, por parte do investidor sobre o empreendimento que recebeu o capital. A partir disto, os ativos adquiridos apresentam liquidez reduzida, o que faz com que os períodos de permanência, nas economias receptoras, tornem-se elevados. Considerando o objetivo de constituir ou participar de um empreendimento produtivo, tem, assim, um tempo de permanência indeterminado como o tempo de vida de uma empresa, e com isso, uma elevada influência do investidor na empresa receptora (Mohamed, 1998).

Para Gonçalves (1994), o IDE, por sua natureza, é concebido sob uma perspectiva de longo prazo, devido à permanência relativamente elevada nas economias receptoras e por conter certo grau de irreversibilidade. Embora não apresente volatilidade semelhante aos investimentos de *portfólio*, depara-se com flutuações cíclicas em função da rentabilidade esperada pelo desempenho da empresa receptora do investimento. Com isso, seus projetos de investimento tornam-se sujeitos a mudanças, em decorrência do clima político e das variações cambiais do país receptor do investimento, sendo também necessário levar em conta o desempenho da firma. Por outro lado, o fato de o investimento apresentar um risco menor em relação às outras formas presentes de recursos externos, as remessas de recursos para serviços e fatores serão significativas.

O IDE mostra-se mais significativo se comparado ao comércio, pois é de natureza específica em relação ao simples intercâmbio de bens e serviços. Conforme Chesnais (1996), apud Bourguinot, há, para isso, ao menos quatro razões: a) a ausência da natureza de liquidez imediata, dado sua especificidade de ativo real; b) introdução de uma dimensão intertemporal, em face da implantação dando origem a fluxos de produção, comércio e remessa de lucros necessariamente estendidos por longo tempo; c) implica transferência de direitos patrimoniais, bem como de poder econômico; e d) a presença de componentes estratégicos nas decisões de investimento e, talvez, por isso, busque penetração, em alguns casos, para esterilizar os concorrentes locais ou para absorver tecnologias locais.

Um maior direcionamento recente dos recursos de IDE é para o setor de serviços em detrimento da indústria. Os fluxos de investimento estrangeiro confirmam a tendência mais que proporcional dos investimentos para o setor de serviços em relação à indústria. Além do setor de energia elétrica, destacam-se ainda os setores de comércio, telecomunicações, intermediação financeira e serviços de consultoria como responsáveis pela maioria dos investimentos estrangeiros realizados. Tal direcionamento apóia-se, em grande monta, no processo de privatizações nas áreas de serviços públicos, concentrando-se, assim, a maior parte do IDE, segundo Prates (1997), em setores não comercializáveis e com produção voltada para o mercado interno.

Na divisão internacional do trabalho, as empresas terceirizam sua produção para países que possuem vantagens competitivas para abraçar a produção, na qualidade referida. É nesse ponto que cresce a importância dos serviços, viabilizados pela maior integração internacional através do avanço da telemática e pela crescente importância relativa das exportações mundiais (Lacerda, 2000). De acordo com Chesnais (1996), a telemática permite a extensão das relações de terceirização, particularmente entre empresas de diferentes locais, sendo instrumento favorável ao movimento de mundialização pelo seu papel na internacionalização dos serviços.

Sampaio (2000) argumenta que, em princípio, o capital externo tem a finalidade de viabilizar a absorção de estruturas econômicas consideradas fundamentais pela sociedade. Todavia, seu efeito nas economias hospedeiras não pode ser considerado neutro, pois sua importância relativa depende do progresso técnico de que é proprietário e determinado pelos objetivos estratégicos que orientam o estilo de desenvolvimento. Nestes termos, não interessa às empresas multinacionais enfrentarem barreiras econômicas e nem depararem com Estados nacionais fortes que antepõem seus interesses.

Para Gonçalves (1994), o país receptor de fluxos de capital estrangeiro deve considerar dois aspectos, primeiro, a atitude favorável do país que permeia a relação entre o Estado e o capital estrangeiro; e segundo, o tamanho do mercado interno, com destaque para o potencial deste mercado. A partir deste aspecto, a estratégia dos IDEs e das empresas transnacionais tende a ocorrer em longo prazo e considera o futuro do país

como um ponto importante dada as expectativas favoráveis no processo de decisão de investimento.

Considerando o clima favorável de negócios e a estabilidade política dos países como determinantes fundamentais para os investimentos estrangeiros, as empresas transnacionais não ficam imunes a participar na atividade política e nos processos eleitorais, organizando e financiando entidades e atividades para a defesa de seus interesses. Gonçalves (1999) aponta também, como determinantes do IDE, fatores externos e internos das economias, argumentando que o aumento mundial deste tipo de investimento dos anos 90 deveu-se à crise de acumulação nas economias centrais e à intensificação da concorrência global e, por isso, salienta que os determinantes fundamentais são mais externos que internos.

Segundo Laplane e Sarti (1997) apud Dunning (1988; 1994), as estratégias de investimento das empresas multinacionais baseiam-se em benefícios a serem obtidos, sendo destaque: a) vantagens de localização; b) vantagens de propriedade; e c) vantagens de internalização. As vantagens de localização estão relacionadas aos fatores naturais adquiridos ou criados institucionalmente, que tornam atraente a localização da produção das empresas multinacionais em diversos países. As vantagens de propriedade referem-se à propriedade de ativos, produtivos, tecnológicos, financeiros, que situam tais empresas multinacionais em condições vantajosas em relação aos produtores locais. E, por fim, as vantagens de internalização dizem respeito à comparação do custo e do risco envolvidos na instalação de uma filial própria e na associação ou licenciamento de um produtor local.

A partir da existência destes três tipos de vantagens com as decisões de investimento das empresas multinacionais, podem-se detectar alguns objetivos principais, como: a) exploração de recursos locais, *resource seeking*; b) exploração do mercado local, *market seeking*; c) ganhos de eficiência, *efficiency-seeking*, através da integração das atividades em diversos países; e d) fortalecimento estratégico da rede mundial. As explorações de recursos e de mercado locais resultam em filiais relativamente isoladas no país hóspede dos investimentos, com integração relativamente fraca nos fluxos produtivos, financeiros e tecnológicos da rede mundial da matriz. Os ganhos de eficiência e o fortalecimento da rede

mundial apresentam em comum uma integração mais intensa, dado que, em investimentos desta natureza, as filiais locais são consideradas ativos importantes para as matrizes. Nestes termos, as filiais participam de forma mais ativa dos fluxos produtivos da rede mundial, assumindo diferentes posições, tais como estratégicas produtivas, tecnológicas e de gestão (Laplante, Sarti, 1997).

Conforme Mohamed (2000) apud Brewer (1993), pode-se identificar três diferentes tipos de projetos de IDE, de acordo com objetivos estratégicos da firma, são eles: a) *market-seeking projects*, quando orientados para os mercados internos dos países receptores do IDE, tendo como fatores determinantes, para os países hóspedes, o tamanho do mercado e a renda *per capita*, bem como o crescimento do mercado e sua estruturação, a preferência dos consumidores e o acesso ao mercado regional; b) *efficiency-seeking projects*, quando buscam menores custos de produção, cujo objetivo maior é usar o país receptor como plataforma de exportação para o resto do mundo, sendo, para tal projeto, fatores determinantes o custo dos ativos, recursos e matérias-primas, acordos de integração regional, como também outros custos tipo transporte, comunicação e outros; e c) *resource-seeking projects*, quando está presente o objetivo de ter acesso facilitado à matéria-prima, além de estarem vinculados, tais projetos, à capacidade de aprendizagem dos trabalhadores, à infra-estrutura física, aos ativos tecnológicos, às inovações e outros. Para projetos do tipo *market-seeking*, é também importante a taxa de crescimento do PIB, já para os projetos do tipo *efficiency-seeking*, é determinante, ainda, a taxa de inflação, de câmbio, assim como o patamar dos salários.

Algumas considerações teóricas recentes apontam alguns outros fatores que ajudam a explicar as tendências do padrão dos investimentos para os países em desenvolvimento, dentre eles, a taxa real de câmbio e a composição, volumes e importância dos investimentos externos. Outros pontos podem ser destacados, considerando que a decisão de investir é parcialmente irreversível, devido a alguns gastos em capital fixo que não podem ser totalmente recuperados quando de uma possível futura venda da empresa. Assim como há que considerar a necessidade de um sistema de coordenação que avalie a relação entre os retornos dos investidores

individuais e o investimento agregado. Agregando os diferentes fatos, pode-se elaborar um modelo de avaliação dos determinantes do IDE que considere: a) fundamentos microeconômicos; b) variáveis macroeconômicas; c) intertemporalidade; e d) que ações presentes são afetadas por expectativas de fatos futuros (Mohamed, 2000).

Entre os fatores determinantes do IDE para os países em desenvolvimento, pode-se destacar, segundo Laplane e Sarti (1997), o crescimento de mercado interno, a maior proximidade do cliente e o lançamento de novos produtos. Há também outros fatores como nascimento e consolidação dos mercados regionais, o processo de abertura comercial, entrada de novos concorrentes, modernização de processos e legislação setorial específica, bem como fatores de competitividade externa e interna da empresa. Os fatores internos estão relacionados a avaliações de nível menos importante do tipo preço, prazo de entrega, escala de produção, que não têm impactos negativos na composição das filiais. Para novos investidores, os fatores internos melhor avaliados são os relativos às características dos produtos, já as empresas instaladas observam marca, assistência técnica e atenção às especificações dos usuários. Os fatores externos considerados são o câmbio, os juros e a qualidade/custo da infra-estrutura.

De acordo com Lacerda (1998), os fatores determinantes do crescimento da parcela de investimento dos países em desenvolvimento, no montante global de recursos, são: a) o sucesso relativo das políticas de estabilização num cenário de ampla liquidez internacional; b) a implementação de políticas de atração de capitais, por parte destes países, tornando-os mais abertos, comercial e financeiramente; c) o fortalecimento das políticas de privatização; e d) uma crescente diversificação de posições, por parte de empresas e investidores, que têm apostado no aumento das taxas de crescimento relativo nestes países.

Definições	Determinantes	Características
- Bens e serviços adquiridos por empresas de capital estrangeiro	- Clima favorável de negócios e estabilidade política dos países receptores dos investimentos.	- Permanência relativamente elevada nas economias receptoras, com contrapartida direta na produção.
- Investimento com interesse concreto em atuar na gestão das empresas.	- Vantagens de localização, propriedade e de internalização.	- Controle parcial ou total sobre o empreendimento receptor do investimento.
- Investimento de natureza específica em relação ao simples intercâmbio de bens e serviços.	- Variáveis microeconômicas, macroeconômicas, intertemporalidade e expectativas futuras das economias.	- Reinvestimentos, não necessariamente na produção.

Quadro 1: Aspectos do Investimento Direto Estrangeiro

Fonte: Diversos autores. Elaboração própria.

Desta forma, pode-se sintetizar o IDE, conforme o Quadro 1, como sendo responsável pela aquisição de bens e serviços adquiridos sem dispêndio inicial de divisas e ainda por ser um investimento com interesse concreto em atuar na gestão das empresas. Os principais determinantes do IDE estão relacionados a variáveis micro e macroeconômicas e estabilidade política dos países receptores. A permanência relativamente elevada nas economias receptoras e o controle sobre o empreendimento receptor do investimento são algumas das principais características do investimento direto estrangeiro.

Diante do crescente aumento em nível mundial dos investimentos estrangeiros, discutem-se quais as melhores formas para a realização de inversões. Os países percebem a necessidade de se posicionarem a respeito dos fluxos de investimentos estrangeiros, sejam eles na forma de investimento direto ou de *portfólio*. Há situações em que inexistem restrições aos fluxos de capitais e outras em que existem restrições, porém limites

existem com o intuito de minimizar possíveis crises e riscos domésticos como as saídas maciças de capital, e ou situação que exige apreciação elevada da taxa de câmbio com efeitos negativos para a economia.

Os controles à entrada de capitais são implementados tendo em vista objetivos do tipo: a) diminuir o volume do ingresso de capital no país; b) reduzir a apreciação cambial; c) manter internamente um alto diferencial entre as taxas de juros interna e externa, com a finalidade de implementar uma política monetária independente; e d) desestimular a entrada maciça de capital de curto prazo, reduzindo, com isso, a vulnerabilidade externa frente a crises internacionais. Tal controle efetiva-se a partir de taxações na forma de depósitos não-remunerados nos bancos centrais dos países receptores dos investimentos, variando, tal taxa, de acordo com o tempo de permanência do investimento no país, sendo inversamente relacionada a este tempo de permanência, refletindo o objetivo de desestímulo à entrada de capitais de curto prazo, por sua característica mais volátil (Andrade,2000).

Os controles à saída de capitais podem ser subdivididos em duas categorias distintas, os controles preventivos e os controles temporários. O tipo preventivo de controle à saída de capitais é utilizado quando o país está enfrentando sérios problemas no balanço de pagamentos sem que tenha ocorrido desvalorização cambial. Para tal controle, os mecanismos podem ser de taxação sobre recursos exportados, taxas múltiplas de câmbio, proibição total de transferência de fundos ao exterior e outros. O propósito é que tais medidas dêem tempo para o controle das reservas e para a implementação de medidas corretivas. Por sua vez, os controles do tipo temporário são impostos como uma forma de os países reestruturarem seus setores financeiros pós-crise, de forma que, ao perceber-se as suas recuperações, estes controles sejam suspensos (Andrade, 2000).

Diante dos efeitos negativos que podem gerar ao sistema econômico, os organismos oficiais vêm mudando sua posição e se preocupando com a regulamentação dos mercados. As últimas recomendações do Banco Mundial são no sentido de que as economias busquem controlar os fluxos de capitais de forma indireta, informando os passivos internacionais do país e criando indicadores de vulnerabilidade dos países emergentes, para evitar excessos, sem, porém, limitar a mobilidade destes fluxos.

3. IDE: Características Mundiais

A maior concentração dos fluxos de IDEs ocorre no âmbito dos países desenvolvidos, que, em 1999, receberam 74% do total investido, compatível com a média de 71%, entre 1985 e 1995, conforme a Tabela 1. Os Estados Unidos constituem, entre os países desenvolvidos, um dos principais receptores destes fluxos de capitais, seguido pelo Reino Unido, que, juntos, em 1999, foram responsáveis por 94% dos investimentos absorvidos. Por sua vez, os países em desenvolvimento receberam, entre 1985/1995, uma média de 27% dos investimentos totais, tendo sua participação aumentada, em 1996 e 1997, para 38% do IDE total, embora, em 1998 e 1999, tenham perdido participação, para níveis de 26% e 24%, respectivamente. Neste bloco de países, as regiões da América Latina e Caribe elevaram sua participação média de 8%, entre 1985/1995, para 15% em 1997, e do Sul, Leste e Sudeste da Ásia aumentaram a participação de 16% para 20%, respectivamente.

Em paralelo à representatividade do ingresso de IDE por bloco de país cresce o volume de recursos anuais aplicados na década de 90. O valor mais que quadruplica, dado que se eleva de uma média de US\$ 189,2 bilhões nos anos de 1990-1993 a um patamar de US\$ 827 bilhões em 1999, conforme a Tabela 2. A participação dos países em desenvolvimento aumenta consideravelmente, passando de US\$ 49,6 bilhões, em média, nos anos de 1990/1993 ao nível de US\$ 165,9 bilhões em 1998, com destaque para a América do Sul, que eleva consideravelmente sua participação média de US\$ 3,4 bilhões, entre 1990/1993, para US\$ 50,0 bilhões em 1998. No âmbito do ingresso de IDE para a América Latina, registra-se o crescimento do volume de recursos para o Brasil de um patamar médio de US\$ 1,4 bilhão, entre 1990/1993, para US\$ 31,4 bilhões em 1999.

Tabela 1 Evolução dos Ingressos de IDE por Bloco de Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento – 1985-95 e 1996-99

Região/País	1985/95	1996	1997	1998	1999
Países Desenvolvidos	71	58	58	71	74
União Européia	37	29	27	37	35
Reino Unido	9	6	7	9	9
França	7	6	5	4	5
Estados Unidos	24	22	22	27	32
Demais	10	7	9	7	7
Países em Desenvolvimento	27	38	38	26	24
África	2	1	1	1	1
América Latina e Caribe	8	12	15	11	10
Brasil	1	3	4	4	4
Argentina	1	2	2	1	3
México	2	2	3	2	1
Sul, Leste e Sudeste da Ásia	16	23	20	13	11
China	6	11	9	6	5
Demais	1	2	2	1	2
Outros	2	4	4	3	2
Total	100	100	100	100	100

Fonte: www.bndes.gov.br/publica/sinopse/poleco/htm apud World Investment Report – 2000, UNCTAD

Tabela 2 Fluxo de Ingresso de Investimento Direto Estrangeiro Mundial e em Países em Desenvolvimento – 1984-89, 1990-93 e 1994-99

US\$ bilhões

Região/País	1984/ 1989	1990/ 1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Mundo	115,4	189,2	253,5	328,9	358,9	464,3	643,9	827
Países em Desenvolvimento	22,2	49,6	87,0	105,5	129,8	172,5	165,9	n.d.
América do Sul	3,4	7,8	12,4	18,1	30,4	46,7	50,0	n.d.
Brasil	1,4	1,4	2,6	5,5	10,5	18,7	28,7	31,4

Fonte: UNCTAD/ONU (apud World Investment Report 1996, p.227/231, e 1999 p.477/478, baseado em FMI e OCDE).

Como resultado deste processo, constata-se o crescimento do estoque mundial de IDE, que alcançou US\$ 4,1 trilhões, em 1998, em contrapartida a US\$ 1,8 trilhão em 1990, conforme a Tabela 3. O estoque de IDE relacionado aos países em desenvolvimento passa de um nível de US\$ 342 bilhões, em 1990, para US\$ 1,2 trilhão em 1998, sendo equivalente, em 1998, a 29%, do estoque mundial de IDE. A participação da América do Sul no estoque mundial de IDE é bastante significativa, passa de US\$ 64 bilhões, em 1990, para US\$ 285 bilhões em 1998, respondendo por 23% do estoque de IDE dos países em desenvolvimento. O Brasil mostra uma considerável performance de seu estoque de IDE, de um nível de US\$ 37 bilhões, em 1990, chega a um montante de US\$ 157 bilhões em 1998, sendo responsável por 55% do valor registrado na América do Sul.

Tabela 3: Estoque do Investimento Direto Estrangeiro, por Região e País Selecionado – 1980, 1985, 1990 e 1994-1998

US\$ bilhões

Região/País	1980	1985	1990	1994	1995	1996	1997	1998
Mundo	507	782	1.768	2.342	2.790	3.065	3.437	4.088
Países em desenvolvimento	108	197	342	594	896	896	1.056	1.219
América do Sul	29	42	64	103	166	195	237	285
Brasil	17	26	37	45	99	109	128	157

Fonte: UNCTAD/ONU, (apud Worl Investment Report, 1996, pp. 239/243, e 1999, p. 489/490, baseado em FMI e OCDE).

Do total de IDE existente em nível mundial, é crescente o movimento de fusões e aquisições de empresas transfronteiras, cujo valor passou de US\$ 115 bilhões, em 1990, para US\$ 530 bilhões em 1999, conforme a Tabela 4. A participação dos países em desenvolvimento nesse movimento de fusões e aquisições tem-se elevado nos últimos anos, passando de um patamar de 7% do total mundial, em 1990, para 19% em 1997, com uma pequena redução em 1998, ainda, assim, chegando a 12%. O Brasil mostra-se como um excelente receptor de tais fluxos de investimentos, pois sua participação tem sido fortemente crescente. No início dos anos 90, entre os países em desenvolvimento, o país apresentava uma participação no fluxo de investimentos em fusões e aquisições transfronteiras inferior a 1%, porém, ao final da década, registra excelente participação, atingindo 43% do total de investimentos realizados nos países em desenvolvimento.

Tabela 4: Fusões e Aquisições Transfronteiras Majoritárias no Mundo 1990-1999

US\$ milhões e %

Ano	IDE Total	Fusões e Aquisições Transfronteiras						G=F/D %
		Total Mundial (A)	Países Desenv (B)	C=B/A %	Países em Desenv (D)	E=D/A %	Brasil (F)	
1990	203.812	115.637	107.128	92,64	8.509	7,36	57,0	0,67
1991	158.936	49.062	46.535	94,85	2.527	5,15	67,0	2,65
1992	173.765	73.769	6.110	83,52	12.158	16,48	392,0	3,22
1993	219.421	66.812	54.933	82,22	11.879	17,78	1.084	9,13
1994	253.506	109.356	96.599	88,33	12.757	11,67	8,0	0,06
1995	328.862	140.813	127.601	90,62	13.212	9,38	1.458	11,04
1996	358.864	162.686	139.688	85,86	22.998	14,14	3.112	13,53
1997	464.341	236.216	190.060	80,46	46.156	19,54	10.381	22,49
1998	643.879	410.704	361.787	88,09	48.917	11,91	21.282	43,51
1999	827.000	530.000	nd	nd	Nd	nd	nd	Nd

Fonte: WIR 1999 – World Investment Report – UNCTAD (fonte primária: KPMG); elaboração Sobect

Obs.: no total dos países em desenvolvimento, foram incluídos os países da Europa Central e Oriental e África do Sul diferentemente da UNCTAD.

O marco para o crescimento das fusões e aquisições transfronteiras em nível mundial ocorre a partir do ano de 1994, pois seu volume passa de US\$ 66 milhões, em 1993, para US\$ 109 milhões em 1994, chegando, em 1995, a US\$ 140 milhões. Nos países desenvolvidos, a partir de 1994, os fluxos de investimentos direcionados às fusões e aquisições aumentam também consideravelmente, passando de US\$ 54 milhões, em 1993, para US\$ 96 milhões em 1994, e US\$ 127 milhões em 1995. Enquanto, nos países em desenvolvimento, os fluxos de investimentos mundiais em fusões e aquisições começam a crescer desde 1991, quando saem de um patamar de US\$ 2 milhões para US\$ 12 milhões em 1992, chegando, em 1998, ao montante de US\$ 48 milhões, portanto, mais que quintuplicando seu valor.

4. Características do IDE na Economia Brasileira

Segundo Coutinho (1997), na década de 90, a situação da economia brasileira e de outros países da América Latina começa a mudar em face de esforços direcionados a alcançar a estabilidade econômica e a reestruturação produtiva a partir da disponibilidade de linhas de financiamentos e de investimentos externos. Neste sentido, a redução das taxas de juros dos países industrializados e a recessão econômica dos países do G-7, nos anos 90/92, possibilitaram que os países em desenvolvimento se tornassem os principais receptores dos fluxos de investimentos estrangeiros.

Neste aspecto, o governo brasileiro, na década de 90, com o intuito de estimular a concorrência e modernizar a economia, implantou uma política de abertura econômica, concomitante à aplicação de uma política de estabilização baseada em reformas monetária e cambial e promoveu condições para atrair capitais externos nas formas financeira e produtiva. Assim, como forma de reduzir o nível de proteção da economia brasileira, foram combinados dois instrumentos, a redução tarifária e a eliminação de restrições não-tarifárias a importações (IEDI, 1998). Da mesma forma, foi alterada a regulação sobre o capital estrangeiro, destacando a revisão da Constituição em 1993 e da Emenda Constitucional de 1994, quando algumas

das restrições foram eliminadas, dentre as quais, extinção da diferença entre empresa de capital nacional e capital estrangeiro. A partir de então, passou a ser permitido ao capital multinacional o acesso tanto aos setores de atividade, como ao crédito das agências oficiais de fomento, incentivos e subsídios governamentais. Neste contexto, foram também modificados os controles à saída de capitais estrangeiros, tais como a vedação das remessas de lucro, regime tributário e contratos de transferência de tecnologias.

No entender do governo, o processo de modernização da economia brasileira passaria pela reinserção do país no circuito mundial do capital, não havendo outra opção a não ser a integração do país à dinâmica da economia capitalista globalizada. A partir de então, a preocupação básica do governo era obter a estabilidade econômica como fórmula para o desenvolvimento autônomo, sendo, para tal, planejado e implantado o Plano Real. Com a sobrevalorização cambial implementada pelo plano, se favoreceriam as importações, tendo como contrapartida a queda das exportações, e com as altas taxas de juros praticadas internamente, o crédito seria restrito e o custo financeiro elevado, com perdas de competitividade em termos de preço tanto no mercado interno quanto no externo. Nesta perspectiva, a indústria passaria por um momento difícil e doloroso de reestruturação, mas dentro de dois ou três anos emergiria ajustada e competitiva. O déficit comercial produzido pelo setor manufatureiro seria também um fenômeno transitório e reversível, pois o novo ciclo de investimento industrial em infra-estrutura geraria novos investimentos. O desequilíbrio externo seria temporário e facilmente financiável pelo atraente e volumoso programa de privatização e pelas novas oportunidades de investimentos provocadas pela estabilidade econômica (Mendonça de Barros e Goldenstein, 1997).

De acordo com o projeto do governo, o efetivo relacionamento das firmas nacionais com a rede produtiva internacional resultaria na contribuição de inovações tecnológicas de bens de capital e insumos, bem como em maiores oportunidades de comércio e investimento, com ganhos de produtividade e redução de custos operacionais e financeiros. Através deste relacionamento, estariam criadas as condições para a expansão das exportações e, conseqüentemente, a redução e a eliminação do desequilíbrio comercial. O déficit externo inicial seria para a economia um fator de

renovação, financiável pelo capital estrangeiro sob a forma líquida ou por investimento direto. Esperava-se que, com as reformas empreendidas no setor público, através do processo de privatizações e de redução das necessidades de financiamento, e a presença do setor privado reestruturado e modernizado, ter-se-ia maior arrecadação fiscal, permitindo, assim, o resgate da dívida pública (IEDI, 1998).

A partir deste contexto, o país passou a atrair mais IDE e se destacou, ao lado da China, como grandes receptores mundiais de inversões produtivas forâneas, conforme a Tabela 5. Os dados apontam que o Brasil se destacou nos anos de 1996, 1997 e 1998 mantendo-se na segunda posição em país receptor de IDE entre os países em desenvolvimento. Nestes três anos de análise, constatou-se incremento no recebimento de capitais externos produtivos assim expresso: em 1996, o país recebeu US\$ 10,5 bilhões, e nos anos seguintes, 1997 e 1998, recebeu US\$ 18,7 e US\$ 28,7 bilhões, respectivamente.

Na década de 90, o PIB brasileiro vem mantendo um crescimento constante. Em 1990, equivalia a US\$ 440,2 bilhões, chegando, em 1998, ao patamar de US\$ 808,8 bilhões, enquanto a taxa de investimento bruto ou formação bruta de capital fixo, embora o aumento do fluxo de investimentos estrangeiros, permanece estagnada. Apesar do aumento dos fluxos de IDE, a maior parte dos investimentos não foi destinada à nova capacidade produtiva, mas sim à aquisição de capacidade produtiva já existente, fato que explica a FBCF/PIB ter se mantido estável, mesmo com o grande aumento do volume de IDE. Em 1990, a taxa de formação bruta de capital fixo era de 21,6% e, em 1998, reduz-se ao nível de 19%, conforme a Tabela 6.

Os fluxos de IDE para o Brasil apresentaram uma trajetória crescente em toda a década de 90, porém sendo mais intensivo a partir de 1995. No início da década, o valor era pouco mais de US\$ 500 milhões e, no final do período, alcançou a cifra de US\$ 31,3 bilhões. O percentual do IDE relativo ao PIB brasileiro foi também crescente em toda a década de 90. Em 1990, o IDE correspondia a 0,14% do PIB, chegando, em 1998, a responder por 3,55% do PIB. Por sua vez, a participação do IDE na taxa de formação bruta do capital fixo também foi crescente, sendo correspondente a 0,65%, em 1990, e no final da década, em 1998, elevando a participação para 13%.

Tabela 5 Principais Países em Desenvolvimento Receptores de Investimento Direto Externo - 1996-1998

US\$ bilhões

Ranking	1996	US\$ bi	1997	US\$ bi	1998	US\$ bi
1	China	40,2	China	44,2	China	45,5
2	Brasil	10,5	Brasil	18,7	Brasil	28,7
3	México	9,2	México	12,8	México	10,2
4	Cingapura	7,9	Cingapura	9,7	Cingapura	7,2
5	Argentina	6,5	Argentina	8,1	Tailândia	7,0
6	Indonésia	6,2	Rússia	6,2	Argentina	6,0
7	Hong Kong	5,5	Hong Kong	6,0	Coréia	5,1
8	Malásia	5,1	Colômbia	5,7	Polônia	5,1
9	Chile	4,7	Chile	5,4	Chile	4,8
10	Polônia	4,5	Malásia	5,1	Venezuela	3,7
11	Peru	3,2	Venezuela	5,1	Malásia	3,7
12	Colômbia	3,1	Polônia	4,9	Ilhas Cayman	3,5
13	Vietnã	2,5	Indonésia	4,7	Colômbia	3,0
14	Rússia	2,5	Tailândia	3,7	Rep. Theca*	2,5
15	Índia	2,4	Índia	3,4	Bermudas	2,4
16	Tailândia	2,3	Vietnã	3,0	Índia	2,3
17	Coréia	2,3	Coréia	2,8	Rússia	2,2
18	Venezuela	2,2	Taiwan	2,2	Romênia	2,1
19	Bermudas	2,1	Hungria	2,1	Hungria	1,9
20	Hungria	2,0	Ilhas Cayman	2,0	Peru	1,9

Fonte: WIR - World Investment Report - UNCTAD. Elaboração Sobect.

Tabela 6 Capital Estrangeiro, PIB e Formação Bruta de Capital Fixo no Brasil em Valores Correntes – 1990-1999

US\$ milhões e %

Ano	PIB	Taxa de investimento bruto (FBKF)	IDE	IDE/PIB %	IDE/FBKF %
1990	440.201	21,6	628	0,14	0,65
1991	384.926	18,8	1.095	0,28	0,85
1992	377.254	18,9	1.748	0,46	1,96
1993	438.390	19,2	1.294	0,29	0,73
1994	564.919	19,6	2.589	0,45	1,68
1995	717.164	19,2	5.475	0,76	2,86
1996	748.582	19,1	10.496	1,40	6,65
1997	803.236	19,8	18.745	2,33	10,66
1998	808.877	19,0	28.718	3,55	13,00
1999	Nd	nd	31.377	nd	nd

Fonte: Gonçalves, 2000. Conjuntura Econômica e Boletim Mensal do BACEN, vários números.

Notas: PIB calculado pela taxa média de câmbio. O investimento direto externo refere-se aos investimentos na forma de moeda, mercadorias, conversão, menos repatriação.

O ritmo de crescimento observado nos fluxos de IDE para o Brasil, no período de 1990 a 1999, foi bastante superior ao crescimento do fluxo mundial de IDE, resultando em aumento da participação brasileira no total. Nestes termos, a entrada líquida de IDE na economia brasileira, como mostrado na Tabela 7, registrou média anual, entre 1990 e 1994, de US\$ 1,1 bilhão e passou, em 1999, para US\$ 29,9 bilhões. Por sua vez, a taxa brasileira do IDE, como percentual do IDE mundial, em 1995, era de 1,7% e, em 1998, tal participação correspondeu a 4,5%. Da mesma forma, a

participação do Brasil em relação aos países em desenvolvimento, no fluxo de IDE, que, em 1995, era de 5,2%, alcançou, em 1998, o percentual de 17,4%. Em consequência deste afluxo, o IDE brasileiro, em relação à América Latina, que, em 1995, era de 17%, atingiu, em 1998, o percentual de 40,5%.

Tabela 7: Fluxos de Investimento Direto Estrangeiro no Brasil – 1990-1994 e 1995-1999

US\$ milhões e %

Fluxos	1990/94*	1995	1996	1997	1998	1999
IDE ingresso	1.478	5.475	10.496	18.743	28.502	31.369
IDE retorno	344	1.163	520	1.660	2.609	1.401
IDE líquido	1.134	4.313	9.976	17.083	25.893	29.968
IDE Brasil/Mundial	-	1,70%	2,90%	4,00%	4,50%	-
IDE Brasil/países em desenvolvimento	-	5,20%	7,60%	10,70%	17,40%	-
IDE Brasil/América Latina	-	17,00%	22,40%	27,20%	40,50%	-

Fonte: Bacen e UNCTAD. (*) Média anual.

O país com maior participação nos fluxos de IDEs recebidos pelo Brasil, de acordo com os dados da Tabela 8, são os Estados Unidos, que, além de manterem tal posição, são responsáveis, até maio de 2000, por 36% dos fluxos de investimento que ingressaram no Brasil, o que significa também um aumento da sua parcela no mercado nacional, já que, nos últimos cinco anos, os americanos detinham 26%. A França passou a ser, neste último ano considerado, o segundo país a investir capital no Brasil, cerca de 15% do capital absorvido pelo país, superando a Holanda, que, apesar de manter a parcela de 10% no total dos fluxos de 2000, perdeu

posição, ficando em terceiro lugar. A Espanha, que no período entre 1996 e 1999 alcançou 16% dos fluxos de entrada de capital, ocupando o segundo lugar depois dos Estados Unidos, vem perdendo posição, passando para o quarto lugar, com 6,3%, segundo o ingresso de IDE até maio de 2000.

Tabela 8 Distribuição do Estoque e Fluxo de Investimentos Diretos Estrangeiros no Brasil por País de Origem – 1995-2000

US\$ milhões e %

País	1995		1996		1997		1998		1999		2000
	Estoque	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	%
Estados Unidos	21.810,9	27,98	1.975,4	25,77	4.382,3	28,62	4.692,5	20,16	8.370,8	29,39	36,00
Espanha	133,2	0,17	586,6	7,65	545,8	3,56	5.120,2	22,00	5.702,2	20,02	6,30
Holanda	4.906,6	6,29	526,8	6,87	1.487,9	9,72	3.365,0	14,46	2.055,5	7,22	10,60
França	3.384,6	4,34	970,0	12,65	1.235,2	8,07	1.805,4	7,76	1.986,3	6,97	15,20
Portugal	137,0	0,18	202,7	2,64	681,0	4,45	1.755,1	7,54	2.621,4	9,20	4,50
Reino Unido	3.820,4	4,90	91,5	1,19	182,5	1,19	127,9	0,55	1.268,8	4,46	1,30
Alemanha	8.395,1	10,77	212,0	2,77	195,9	1,28	412,8	1,77	487,8	1,71	2,70
Bélgica	1.000,9	1,28	111,5	1,45	135,6	0,89	950,4	4,08	62,2	0,22	-
Itália	2.771,8	3,56	12,3	0,16	57,4	0,37	646,6	2,78	408,5	1,43	0,70
Japão	7.501,9	9,62	192,2	2,51	342,1	2,23	277,8	1,19	274,3	0,96	0,60
Suécia	1.437,3	1,84	126,0	1,64	268,6	1,75	239,2	1,03	381,5	1,34	1,10
Suíça	5.106,5	6,55	108,8	1,42	81,2	0,53	217,0	0,93	516,3	1,81	-
Canadá	2.584,1	3,31	118,5	1,55	66,2	0,43	278,6	1,20	445,4	1,56	1,00
Argentina	371,4	0,48	30,1	0,39	186,9	1,22	113,3	0,49	93,4	0,33	-
Paraísos Fiscais*	5.450,5	6,99	1.125,2	14,67	4.086,5	26,68	2.161,6	9,29	2.780,4	9,76	12,80
Outros Países	9.145,0	11,7	1.275,8	16,64	1.376,0	8,99	1.107,3	4,76	1.025,0	3,60	7,30
Total	77.957,1	100	7.665,4	100	15.311,1	100	23.720,8	100	28.479,6	100	100

Fonte: Firce – Bacen; Depec-Dibap Bacen. Elaboração Sobect.

(1) Paraísos fiscais: Ilhas Cayman, Ilhas Virgens, Ilhas Bahamas e Bermudas

O capital estrangeiro avança sua participação na economia brasileira não só na indústria, em que já ocupava lugar de destaque havia décadas, mas em infra-estrutura e serviços, que foram incentivados pelo processo de privatização e abertura dos setores como o financeiro, o supermercadista e serviços pessoais (Gonçalves, 1998). No tocante ao fluxo recente de IDE direcionado ao Brasil, uma característica que tem chamado a atenção é a excessiva concentração deste novo fluxo de investimentos nos setores *non-tradeables*, com destaque para a infra-estrutura, setor financeiro e serviços em geral. Estes investimentos não geram receitas de exportações e demandam remessas futuras para o pagamento de lucros, dividendos e *royalties* (Coutinho, 1997).

Considerando os dados disponíveis sobre o estoque de IDE na Tabela 9, em 1995, constata-se que 65,5% do valor se encontravam no setor industrial e 30,8%, em serviços. Por sua vez, ao longo da segunda metade da década, elevou-se a participação do setor serviços no fluxo de ingresso, alcançando patamares de 75,9% em 1996, 83,7% em 1997, 87,5% em 1998 e 71,0% em 1999. Enquanto isto, a agricultura, pecuária e extrativa mineral tiveram a participação reduzida, cujos percentuais passaram de 4,5%, em 1995, para 1,5% no período de 1996 a maio de 2000.

Tabela 9: Distribuição dos Investimentos Diretos Externos por Macrossetores de Destino no Brasil – 1995-2000

Setores	1995		1996		1997		1998		1999	
	Estoque	%	Fluxos	%	Fluxos	%	Fluxos	%	Fluxos	%
Agricultura, pecuária extrativa mineral ^e	5.189,2	4,5	110,5	1,4	456,1	3,0	142,5	0,6	428,1	1,5
Indústria	74.785,1	64,7	1.740,0	22,7	2.036,4	13,3	2.765,4	11,9	7.839,1	27,5
Serviços	35.542,1	30,8	5.814,9	75,9	12.818,6	83,7	20.361,9	87,5	20.212,4	71
Total	115.516,4	100	7.665,4	100	15.311,1	100	23.720,8	100	28.479,6	100

Fonte: Firce – Bacen; Depec-Dibap Bacen. Elaboração Sobeet

De acordo com Barros e Goldenstein (1997), a lógica global do movimento internacional das economias torna a compra de empresas nacionais pelo capital multinacional uma característica marcante. No Brasil, nos anos 90, ocorreu, inicialmente, interesse das empresas multinacionais em comprar empresas de setores aqui instalados com o firme propósito de conquistar mais rapidamente um mercado em expansão, deixando para uma segunda etapa a tarefa de realização de investimentos internos voltados à expansão da capacidade produtiva. Neste processo, as fusões e aquisições de empresas nacionais por empresas estrangeiras mostraram-se além de centralização de capitais na economia brasileira, a dominância crescente do capital internacional sobre as fusões e aquisições.

Nestes termos, o processo de centralização foi bastante intenso no Brasil, conforme demonstra a Tabela 10, tendo atingido, entre 1990 e 1999, mais de 3.000 operações. Duas ocorrências são centrais neste processo: em primeiro lugar, a privatização de empresas públicas abriu espaço fundamental para a ocorrência de aquisição de empresas, e em segundo lugar, o crescimento do IDE ocorreu quase que exclusivamente nos setores de serviços, em que se somam as privatizações de empresas públicas tais como as de energia e telecomunicações e a abertura em setores como o financeiro, onde bancos nacionais privados foram objetos de fusões e aquisições por parte do capital estrangeiro (Lacerda, 2000).

No início da década, em 1990, de um total de 186 operações de fusões e aquisições no Brasil, somente em 30% destas ocorria a participação estrangeira. Mas tal processo evoluiu na direção da internacionalização da economia brasileira, a partir de 1994, a participação estrangeira no processo de fusões e aquisições começa a aumentar, já em 1995, do total de 322 operações, 41% destas tinham a participação estrangeira. O ano de 1999 é, até o momento da captação dos dados, o de maior índice de participação estrangeira no processo de fusões e aquisições, atingindo, neste ano, participação em 70% das operações. O período em que houve uma maior participação estrangeira no processo de fusões e aquisições no Brasil foi entre 1995 e 1999, que chegou ao patamar de 57,5%, quando, no período imediatamente anterior, de 1990 a 1994, tal participação era de apenas 30,5%. Todavia, em uma análise geral da década de 90, a participação

mostrou-se mais equilibrada, atingindo praticamente 50% das operações de fusão e aquisição.

Tabela 10 Número de Operações de Fusões e Aquisições no Brasil
- 1990-1999

No	Operações entre empresas nacionais	Operações com participação estrangeira	Número total de operações	Operações estrangeiras com relação ao total das operações (%)
1990	130	56	186	30,1
1991	137	47	184	25,5
1992	169	83	252	32,9
1993	171	89	260	34,2
1994	149	100	249	40,2
1995	190	132	322	41,0
1996	206	188	394	47,7
1997	207	251	458	54,8
1998	159	321	480	66,9
1999	150	341	491	69,5
Total				
1990-1994	786	345	1131	30,5
1995-1999	912	1233	2145	57,5
1990-1999	1668	1608	3276	49,1

Fonte e notas: Comin (2000), Tabela 10, com dados da Price Waterhouse e Coopers.

5. Algumas Considerações Sobre as Conseqüências da Atração de IDE

Diante deste quadro, constata-se o crescimento da participação estrangeira na economia brasileira nos anos 90 através de indicadores crescentes em termos de investimento, estoque de capital, produção e vendas. Observa-se, na Tabela 11, que a relação entre o fluxo de investimento externo direto e a formação bruta de capital fixo aumentou de 2,5%, em 1995, para 24,6% em 1999. Como resultado, as empresas estrangeiras, que controlavam 6,8% do estoque de capital fixo no país em 1995, passaram a controlar 12,4% em 1999. A participação no estoque líquido de riqueza aumentou de 5,7%, em 1995, para 9,7% em 1999. O valor bruto da produção também apresenta um aumento da participação estrangeira, passando de 13,5%, em 1995, para 24,6% em 1999. Ainda com relação à participação estrangeira nas vendas das grandes empresas, aumentou de 33%, em 1995, para 43,5% em 1998.

Tabela 11 Desnacionalização da Economia Brasileira – Indicadores da Participação do Capital Internacional – 1995-1999

	%				
Participação do Capital Estrangeiro	1995	1996	1997	1998	1999
Fluxo de investimento bruto	2,5	6,1	10,2	15,4	24,6
Estoque de capital fixo	6,8	7,8	9,2	10,5	12,4
Estoque líquido de riqueza	5,7	6,3	7,0	8,0	9,7
Valor bruto da produção	13,5	15,5	18,3	20,8	24,6
Vendas das grandes empresas	33,3	34,1	36,3	43,5	nd

Fonte: Gonçalves, 2000.

Os números da Tabela 11 apontam o crescimento da desnacionalização da economia brasileira a partir de 1995, evidenciando, a partir de então evidência crescente participação estrangeira na produção e venda de bens e serviços, bem como no fluxo de investimentos.

A partir de 1995, a desnacionalização vem acompanhada da perda de posição relativa tanto de empresas estatais, quanto das empresas privadas nacionais. Em estudo sobre a trajetória da participação das empresas multinacionais na economia brasileira, Gonçalves (2000) concluiu que, na venda das 550 maiores empresas no país, a participação das empresas de capital privado nacional reduziu-se de 44%, em 1994, para 39,4% em 1998, e a participação das empresas estatais diminuiu também sua participação de 24%, em 1994, para 17,1% em 1998.

Tabela 12 - Balanço de Pagamentos – Itens Selecionados – Brasil – 1993-1999

US\$ milhões

Itens	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Balança Comercial -FOB	13.307	10.466	-3.352	-5.539	-8.375	-6.591	-1.207
Exportações	38.583	43.545	48.508	47.747	52.996	51.140	48.011
Importações	25.258	33.079	49.858	50.286	61.358	57.731	49.218
Serviços (líquido)	-15.585	-14.743	-18.594	-21.707	-27.287	-28.798	-25.212
Juros	-8.280	-6.338	-8.158	-9.840	-10.388	-11.348	-15.168
Outros Serviços	-7.305	-8.405	-10.438	-11.887	-18.899	-18.850	-10.043
Transferências unilaterais	1.686	2.588	3.974	2.899	2.220	1.778	2.040
Transações correntes	-592	-1.689	-17.972	-24.347	-33.439	-33.611	-24.379

Fonte: Banco Central

Em termos de balanço de pagamento no período de 1993-1999, conforme a Tabela 12, constata-se um resultado negativo da balança comercial, acompanhado pela evolução negativa na balança de serviços com repercussões na balança de transações correntes do país. Os números da balança de transações correntes chegaram próximo de US\$ 35 bilhões negativos nos anos de 1997 e 1998, demonstrando a necessidade de capitais externos, seja na forma de empréstimo ou na forma de investimento direto, para fechamento anual do balanço de pagamento.

Por sua vez, a proporção das transferências em relação ao PIB, de acordo com a Figura 1, evidencia crescente proporção entre a saída de recursos anuais do país em relação ao que se gera em termos de produtos e serviços. No início dos 90, esta proporção estava em menos de 1%, porém chegou no final desta década em 4,5% do PIB.

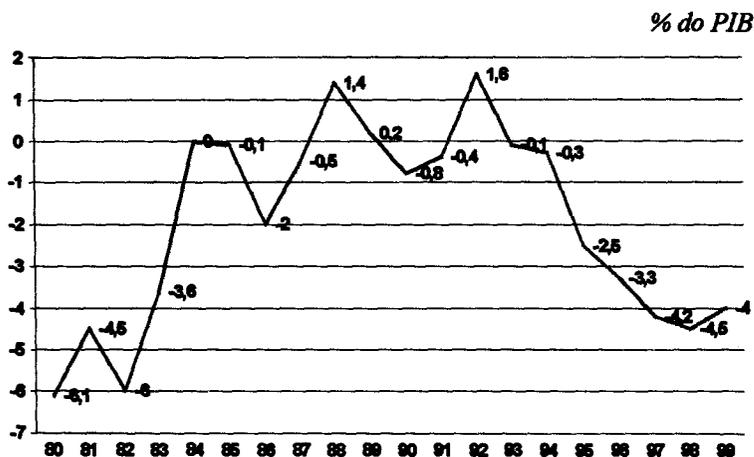


Figura 1: Resultado em Transações Correntes* do Balanço de Pagamentos 1980-1999

Fonte: BACEN apud Lacerda (2000)

Obs.: * Negativo = Déficit Positivo = Superávit

Neste processo, os responsáveis pelo crescimento destas transferências são os valores decorrentes de importações superiores às exportações, pagamentos de juros e de outros serviços tais como royalties, bonificações, lucros, etc.

Considerando estes números, verifica-se que os anos 90 levaram a economia a deparar com um desequilíbrio estrutural do balanço de pagamento decorrente de suas relações com o exterior. Firmou-se um modelo baseado na internacionalização da economia em que os déficits da balança comercial, por conta de crescentes importações, somam-se aos valores negativos decorrentes da balança de serviços postos sobretudo pela conta de juros e remessa de lucros e dividendos. A recorrente necessidade de recursos para compensar este fluxo de saída de capitais coloca o país subordinado e dependente deste procedimento cujo fluxo de recursos não é contínuo e está sujeito à conjuntura internacional.

Considerando os resultados em termos de transações correntes do balanço de pagamento em relação ao PIB, conforme o quadro 2 observa-se trajetória que expressa a fragilidade do país nos anos 90 formada pelo avanço do déficit em transações correntes de 0,3% PIB em 1994 para cerca de 4,5% do PIB em 1998.

6. Conclusão

Uma das novas formas de expressão da globalização ocorre através do IDE realizado por empresas estrangeiras em espaços econômicos nacionais. A partir da década de 90, inicia-se uma nova etapa do ciclo de crescimento e uma participação crescente dos países em desenvolvimento nos fluxos de IDE. A distribuição dos fluxos mundiais foi reforçada a partir de fatores internos como a abertura econômica, liberalização financeira e as políticas de desregulamentação e de fatores externos como a crise de valorização e excesso de liquidez nos países desenvolvidos. A integração dos países em desenvolvimento no fluxo mundial de investimento se manifesta

fortemente nos anos 90. A participação da América do Sul no fluxo de investimento externo direto apresenta crescimento significativo, passando de US\$ 7,8 bilhões, em 1990/93, para 50,0 bilhões em 1998. Neste contexto, registra-se o Brasil como o país de maior absorção desse fluxo, expresso por trajetória ascendente de participação de 18% em 1990/93, passando por 30% em 1995 e chegando a 55% em 1998.

A participação estrangeira na economia brasileira vem aumentando consideravelmente desde a estabilização macroeconômica, reformas regulatórias e intensificação dos processos de fusão e aquisição de empresas públicas e privadas, em particular a partir de 1996. O fluxo de IDE no Brasil entre 1996 e 1999 atinge a média de US\$ 24,9 bilhões, sendo que neste período ocorrem dois registros: o primeiro, a constatação dos Estados Unidos como o maior investidor e, segundo, cresce a participação de países até então não significativos como Espanha e Portugal. Por sua vez, a distribuição setorial, a partir da segunda metade da década de 90, registra que a maior parte dos fluxos de investimento é direcionada para o setor de serviços e, em menor grau, para o setor industrial, que até a primeira metade desta década recebe a maior quantidade dos fluxos de IDE no Brasil. A principal forma de penetração de IDE neste período foram os processos de fusões e aquisições em empresas públicas e privadas, sendo a ocorrência no setor público por meio do processo de privatização das empresas estatais e no setor privado, por conta da concorrência aberta que processa no país.

Com o ingresso crescente de IDE nos últimos dez anos, eleva-se o grau de internacionalização da economia brasileira, na medida em que empresas multinacionais passam a participar efetivamente do processo de privatização de empresas públicas em diferentes setores, envolvendo-se em aquisições de empresas privadas nacionais expostas à concorrência aberta e em condições competitivas desiguais, buscando investir em setores de interesse através de implantação de empresas em diferentes regiões do país. Da mesma forma, o fluxo de IDE contribui para elevar o passivo externo do país, que fora acrescido com os investimentos externos em carteiras de ações e de outros títulos de crédito atraídos pela elevada rentabilidade e inexistente regra de permanência mínima do capital e pelo endividamento externo

atraído pela apreciação cambial praticada e taxas de juros internacionais extremamente reduzidas em relação à existente internamente.

Tais ocorrências se traduzem na redução do grau de nacionalização da produção de bens e serviços no país e na elevação do grau de dependência e subordinação da economia brasileira ao capital financeiro internacional, com conseqüências além do campo econômico. Entende-se que a concentração do poder econômico sob domínio das empresas multinacionais pode se traduzir em rebatimentos de ordem política gerando ações por parte destas empresas que podem não ser de interesse nacional. Assim como, o elevado grau do passivo externo coloca o país em constante sujeição a negociar posições de renovar seus débitos e de promover concessões que podem ser contrárias aos interesses do país. Enfim, a internacionalização da economia a que está sujeito o Brasil dificulta a construção de um modelo de desenvolvimento que contrarie os interesses externos.

Diante deste quadro, requer-se a definição de uma política de atração e de regulação do IDE no país. Considerando que o capital multinacional produtivo é importante para o desenvolvimento econômico, exige-se melhor qualificação para se aceitar seu ingresso. Não é aceitando qualquer IDE que o país estará potencializando seu desenvolvimento, deve-se atrair os que contribuem para o encadeamento de atividades que resultem em ganhos dinâmicos e gerem divisas externas internacionais. A proposta de uma agência reguladora do capital estrangeiro, para ser um passo no sentido de orientar as inversões e colocá-las a serviço e a interesse do país. Todavia tais requisitos somente serão possíveis se estiverem vinculados a um projeto nacional de desenvolvimento.

Referências bibliográficas

AMAL, Mohamed. **Os determinantes do investimento direto externo no Brasil**. Florianópolis, 2000. 106 p. (Tese de Pós-Graduação em Economia). Universidade Federal de Santa Catarina.

ANDRADE, Érika Marques. Controle de capitais: viáveis ou inviáveis? São Paulo, Novembro de 2000. Texto para discussão.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil desnacionalizado. Economia em Perspectiva. Carta de Conjuntura. Ago. 2000

BACHA, E. L. O plano real: uma avaliação. In: MERCADANTE, Aloísio (Org.) O Brasil pós-Real: a política econômica em debate. São Paulo : Unicamp, 1998.

BAER, Mônica. Sistema financeiro internacional: oportunidades e restrições ao financiamento do desenvolvimento. Novos estudos Cebrap. Jul., 1995. São Paulo.

BASSI, Eduardo. Globalização de negócios. 1ª edição. São Paulo : Cultura editores associados, 1997.

BAUMANN, Renato (Org.) O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro : Campus, Sobect. 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Formação de capital no ambiente das reformas econômicas brasileiras dos anos 1990: uma abordagem setorial.

BNDES. Programa Nacional de Desestatização: sistema de informações. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. 97p.

_____. **O IED no Brasil e no mundo: tendências recentes.** Sinopse econômica. 21 nov. 2000. Política econômica. Capturado em 21 de nov. 2000. On line. Disponível na Internet: <http://www.bndes.gov.br/publica/sinopse/poleco.htm>.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo : Xamã, 1996.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo. A nova ordem financeira internacional e a dolarização das economias latino-americanas. Texto para discussão. 1999.

_____. Dependência sem desenvolvimento: os limites e contradições da inserção internacional brasileira nos anos 90. **Revista Novos Estudos**, 1999.

COMIN, Alexandre. Verdades e mentiras sobre a onda recente de penetração estrangeira no Brasil. **Anais do V encontro nacional de economia política**. Fortaleza, p. 1-20, jun. 2000.

COUTINHO, Luciano G. Terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**. Agosto, 1992.

COUTINHO, Luciano G. **A fragilidade do Brasil em face da globalização**. In BAUMAN, R (org.) O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campos, 1996. p. 219-238.

_____. **A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização**. In: VELLOSO, J.P.R. (Org.) Brasil: desafios de uma país em transformação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

_____. **O desempenho da indústria sob o Real**. In: MERCADANTE. Aloísio (Org.) O Brasil pós-Real: a política econômica em debate. São Paulo : Unicamp, 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Dinheiro de fora.**, São Paulo, 22 ago. 2000. Dinheiro, p. B-10.

FURTADO, João. **Globalização das empresas e desnacionalização**. Araraquara, abr. 2000. 24 p.

FRANCO, Gustavo. **A inserção externa e desenvolvimento**. Mimeo. 1996.

GONÇALVES, Reinaldo, BAUMANN, Renato, PRADO, Luiz Carlos, et al. **A nova economia internacional – uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro : Campus, 1998.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo : Paz e Terra, 1999, 225 p.

_____. **Abre-alas. A nova inserção do Brasil na economia mundial**, Rio de Janeiro : Relume – Dumará, 1994.

_____. **Centralização do capital em escala global e desnacionalização da economia brasileira**. In: VEIGA, P. M. (org). Rio de Janeiro : Relume-Dumará, SP. SOBEET 2000.

IEDI. Trajetória recente da indústria brasileira. São Paulo : IEDI, 1998. CD-ROM.

____ **Políticas industriais em países selecionados.** São Paulo : IEDI, 1998. CD-ROM.

LACERDA, Antônio Corrêa de. O impacto da globalização na economia brasileira. São Paulo : Contexto, 1998.

____ **Notas sobre a característica e o perfil do fluxo recente de investimentos diretos estrangeiros na economia brasileira.** In: VEIGA, P. M. (org). Rio de Janeiro : Relume-Dumará, SP. SOBEET 2000.

____ (Org.). **Desnacionalização: mitos, riscos e desafios.** São Paulo : Contexto, 2000.

____ **Vulnerabilidade externa é o maior desafio.** Economia em Perspectiva. Carta em Conjuntura. Ago. 2000.

LAPLANE, Mariano F. SARTI, Fernando. Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. Economia e Sociedade. São Paulo: Unicamp, n.8, jun. 1997.

____ **Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90.** Brasília: IPEA, n. 629, p. 01-47, fev. 1999.

MAIA, Jerônimo Luiz Duarte. O significado do conceito de integração no Mercosul – na perspectiva das lideranças políticas e institucionais de Santa Catarina. Braga, 1999. p.1-41. Dissertação (Mestrado em Relações Econômicas) – Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Portugal.

MARTINS, Hans Peter & SCHUMANN, Harald. A armadilha da globalização. O assalto à democracia e ao bem estar social. 4ª edição. São Paulo : Globo, 1998.

MAUA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 5ª edição. São Paulo : Atlas, 1999.

MENDONÇA DE BARROS, J. R. & GOLDENSTEIN. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. In: Revista de Economia Política. São Paulo, 1997.

MERCADANTE, Aloízio. O neo-otimismo oficial. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 ago. 2000. Dinheiro, p. B-2.

PAGLIARI, Marilu. Participação do capital internacional no processo de privatização no Brasil – período 1990/1999. Florianópolis, 2000, 110 p.

PAULANI, Leda. Vulnerabilidade ampliada. Folha de São Paulo. São Paulo, 13 de maio 2000, p. 08.

PRATES, Daniela Magalhães. Abertura financeira e vulnerabilidade externa – a economia brasileira na década de 90. Campinas, 1997. 187 p. Dissertação (Mestrado em economia). Instituto de economia da Universidade Estadual de Campinas.

RAMOS, Ana Paula. Uma avaliação das fontes de financiamento externo da economia brasileira nos anos 90. Economia e Tecnologia. Campinas, jan. 1998.

SAMPAIO JR, Plínio Arruda de. Capital internacional e reversão neocolonial. Economia em Perspectiva. Carta em Conjuntura. ago. 2000.

TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luiz. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. São Paulo : Globo, 1997.

_____. A economia política do Real. In: MERCADANTE. Aloísio (Org.) O Brasil pós-Real: a política econômica em debate. São Paulo : Unicamp, 1998.

_____. Desnacionalização e vulnerabilidade externa. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 out. 2000. Opinião. Lições contemporâneas.

UNITED NATIONS. World investment report 1995. New York: Unites Nations.

UNCTAD. Trade and development report. Genebra : United Nations, Conference on trade and development, 1995.